

Três chapas disputam Reitoria da UFRJ

FERNANDA DA ESCÓSSIA E ELISA MONTEIRO

comunica@adufRJ.org.br

Sem acordo por uma candidatura única, três chapas disputarão o comando da maior universidade federal do país. O reitor Roberto Leher não se candidatou nem lançou ninguém de sua equipe. Leher era um dos favoritos, com apoio de setores do movimento estudantil e de técnicos, mas com resistências de parte dos docentes. Havia o temor de que, se eleito, ele não fosse nomeado pelo governo Bolsonaro. Uma Frente Ampla criada em dezembro buscou, sem sucesso, um nome capaz de unir a atual administração e parte da oposição. Dona de prestígio externo, a Coppe foi central nas negociações e cortejada

por todos os grupos. Em acordo fechado com diretores da Coppe a menos de duas horas do prazo final das inscrições, o reitor lançou Oscar Rosa Mattos, professor da unidade, e, como vice, Maria Fernanda Quintela, ex-decana do CCS. De oposição à reitoria, os professores Denise Pires (Biofísica) e Carlos Frederico Leão Rocha (Economia) participaram da Frente e chegaram a retirar sua candidatura por uma chapa de consenso, mas não se sentiram representados pelos nomes definidos por Leher e pelos dirigentes da Coppe. A terceira chapa — e primeira inscrita — é a dos professores Roberto Bartholo, também da Coppe, e Felipe Cury (Economia). Eles não participaram dos encontros da Frente Ampla.

FOTOS DE ELISA MONTEIRO

CHAPA 20

CANDIDATOS

REITOR

VICE-REITOR



ROBERTO BARTHOLO
Coppe



JOÃO FELIPE CURY MARINHO MATHIAS
Instituto de Economia

● Bartholo não participou das reuniões pela formação da Frente Ampla. Sua candidatura foi negociada a partir de um grupo da Coppe e da Faculdade de Letras, onde atua como professor e pesquisador, e do Instituto de Economia, de onde vem seu vice. Segundo Bartholo, o nome da chapa, “#Minerva_2.0”, sintetiza suas propostas: “Minerva é a fonte originária da nossa tradição, e o 2.0 redesenha a visão de modernidade”. Professor Titular da Coppe, Bartholo é graduado em economia e teologia. Fez mestrado em Pesquisa Operacional e doutorado em Antropologia Filosófica.

CHAPA 10

CANDIDATOS

REITORA

VICE-REITOR



DENISE PIRES DE CARVALHO
Instituto de Biofísica



CARLOS FREDERICO LEÃO ROCHA
Instituto de Economia

● Aglutina o grupo mais coeso de oposição a Leher. Denise Carvalho foi candidata em 2015 e perdeu para Leher, mas venceu entre docentes. “A prioridade é fazer da UFRJ, de novo, protagonista entre as universidades da América Latina”, afirmou Denise. A chapa “A UFRJ vai ser diferente” prioriza o equilíbrio orçamentário e a formação de uma equipe de excelência, além de resolver o crônico problema de informatização da UFRJ. Médica, Denise Carvalho é Titular do Instituto de Biofísica. Fez mestrado e doutorado pela UFRJ e pós-doutorados na França e na Itália.

CHAPA 40

CANDIDATOS

REITOR

VICE-REITORA



OSCAR ROSA MATTOS
Coppe



MARIA FERNANDA QUINTELA
Instituto de Biologia

● É a chapa lançada pela atual reitoria. “Nossa candidatura vem para defender os princípios da universidade pública, gratuita e de qualidade”, afirmou Oscar Rosa Mattos. Em seu manifesto, a chapa “Unidade e diversidade pela universidade pública e gratuita” destaca “a excelência acadêmica comprometida com os povos” e reforça as bandeiras da diversidade e da autonomia. Mattos é professor Titular e leciona no Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Coppe, onde fez sua formação. Fez doutorado na França e pós-doutorado na UFRJ.

Pesquisa será paritária e terá segundo turno

Consuni aprovou regras em sessão extraordinária; paridade motivou críticas

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

A pesquisa com a comunidade universitária para escolher reitor e vice-reitor da UFRJ terá segundo turno e será paritária, ou seja, com representação igual de professores, técnicos e alunos. Estas foram algumas das regras aprovadas pelo Conselho Universitário extraordinário realizado na última terça-feira, 19.

O primeiro turno da pesquisa está marcado para os dias 2, 3 e 4 de abril. O Consuni aceitou quase integralmente o texto proposto pela Comissão Coordenadora da Pesquisa (CCP), que praticamente atualiza as regras da votação passada, em 2015.

Mesmo motivo de polêmica, a paridade foi aprovada por ampla maioria no Consuni, com 10 votos contrários. Historicamente, as consultas na UFRJ têm sido paritárias.

No entanto, a paridade começou a motivar questionamentos depois que uma nota técnica do MEC de dezembro de 2018 determinou que as consultas vinculadas às universidades sigam a legislação. No Colégio Eleitoral, 70% dos votos são de docentes, 15% de estudantes e 15% de técnicos. Do Colégio Eleitoral sai a lista tripla a ser enviada ao presidente da República, que por sua vez indicará um nome para a reitoria.

O professor Nelson Braga, representante dos professores Titulares do CCMN (Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza), apresentou no Consuni a proposta para que a consulta repetisse os 70/15/15. Segundo ele, uma consulta

diferente disso pode ser questionada num momento em que a universidade é alvo de ataques seguidos.

O Consuni entendeu, porém, que a consulta é desvinculada das instâncias universitárias e por isso não precisa seguir os 70/30. O reitor Roberto Leher apresentou aos conselheiros o parecer da Procuradoria da Universidade sustentando a desvinculação. Técnicos e estudantes se posicionaram pela paridade. Os docentes estavam divididos.

O professor Erickson Almendra, da Escola Politécnica, questionou o fato de a pesquisa, mesmo entendida como desvinculada do Consuni, precisar ser aprovada pelo mesmo. “Pode este Conselho aprovar algo que a lei não permite?”, indagou. Almendra questionou o fato de a CCP, instalada com atraso pela reitoria, só ter começado a trabalhar este mês, o que reduziu o tempo de debates com a comunidade universitária.

OUTRAS REGRAS

Chapas que não participem da pesquisa podem se inscrever direto no Colégio Eleitoral. Candidatos a reitor e vice-reitor que estiverem em cargo de direção ou função gratificada, na UFRJ ou nas Fundações de Apoio da universidade, são obrigados a se desincompatibilizar.

Estão proibidas contribuições financeiras de empresas, entidades, sindicatos ou partidos, além de publicidade paga na mídia. Não é permitido usar sistemas eletrônicos de gestão acadêmica e pessoal para divulgar propaganda dos candidatos. Entre a panfletagem e os locais de votação deve ser mantida distância mínima de 10 metros.

CALENDÁRIO

22 FEV	HOMOLOGAÇÃO das chapas inscritas para a pesquisa e início da campanha, que vai até 1º de abril
2 3 4 ABR	PRIMEIRO TURNO da votação
5 ABR	DIVULGAÇÃO do resultado
8 ABR	PRAZO para campanha do segundo turno
15 ABR	SEGUNDO TURNO da votação
18 ABR	DIVULGAÇÃO do resultado da pesquisa

DEBATES COM OS CANDIDATOS

- 18 DE MARÇO
11h, no auditório do CCMN (Roxinho), no Fundão
- 19 DE MARÇO
17h, no Salão Pedro Calmon da Praia Vermelha
- 21 DE MARÇO
15h, no campus da UFRJ em Macaé
- 25 DE MARÇO
10h, no bloco A do campus UFRJ de Duque de Caxias
- 26 DE MARÇO
16h, na Faculdade Nacional de Direito, no centro do Rio
- 27 DE MARÇO
11h, no CCS, no Fundão

Hospital convoca eleição para escolher novo diretor

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Em meio à sucessão na reitoria, outro foco de tensão agita a UFRJ: o Conselho de Administração do Hospital Clementino Fraga Filho, o mais importante hospital da universidade, convocou eleições para o cargo de diretor. A reunião do Conselho foi no último dia 18.

O diretor do Clementino, Leônicio Feitosa, não é candidato. Ele chegou ao cargo depois que a reitoria realizou uma intervenção no hospital, em novembro de 2017, e exonerou o então diretor Eduardo Côrtes.

Para coordenar a eleição do próximo diretor será criada uma comissão formada por três professores, um técnico e um estudante. O calendário não foi aprovado, para dar tempo de o Conselho Universitário definir as datas da consulta para reitor.

Até o momento, pelo menos uma chapa está na disputa: a do diretor da Divisão Médica, professor Marcos Freire, para a direção geral. Seu vice seria o atual superintendente administrativo, Amauri Pezzuto.



CLEMENTINO FRAGA FILHO: mais de um ano depois da intervenção, Conselho convocou eleições

Por coincidir com a sucessão para a reitoria, a eleição no hospital tem gerado questionamentos de muitos docentes, que enxergam uma tentativa de atrelar a nova direção do HU à administração central, numa eleição casada.

O diretor Leônicio Feitosa não comentou a coincidência no calendário. Disse apenas, por sua assessoria, que “quem define o calendário é a reitoria”. Questionada, a reitoria não respondeu.

Quando demitiu Côrtes, Leher afirmou que a direção vinha se afastando

“da missão institucional” do hospital universitário e conduzindo a unidade “de maneira isolada e conflituosa”.

O pleito para o HU mobiliza cerca de cinco mil eleitores, entre técnicos, professores e estudantes. Docentes e alunos das unidades que atuam no hospital, como a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem, também votam. Tradicionalmente, a eleição no hospital não é proporcional. Docentes representam 70% dos votantes, estudantes, 15%, e técnicos, 15%.

CONSUNI APROVA AUXÍLIO PARA ESTUDANTE COM FILHOS

Em meio à sucessão para a reitoria da UFRJ, o Conselho Universitário aprovou no último dia 14 a nova política de assistência estudantil, ampliando os benefícios e o número de estudantes atendidos. Entre as novidades está uma bolsa para cotistas com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, concedida por toda a graduação. Segundo o pró-reitor de Políticas Estudantis, Luiz Felipe Cavalcanti, um terço dos estudantes da UFRJ está nessa faixa de renda. Até os anos 2000, eram só 2%.

Outra ação inédita é um auxílio-educação para estudantes (mães ou pais) com filhos de até seis anos, no valor de

R\$ 321. O auxílio é para estudantes com renda per capita de 1,5 salário mínimo. A perspectiva é, até 2023, passar dos atuais sete mil estudantes atendidos pelas bolsas para 15 mil. Os recursos, segundo ele, são do PNAES, cuja verba subiu de R\$ 49 milhões em 2018 para R\$ 54 milhões em 2019.

Entre os estudantes de graduação da UFRJ, só um a cada dez solicitantes de bolsas ganha o benefício. A demanda reprimida chega a 30 mil alunos. A política de assistência estudantil, aprovada e aplaudida no Consuni, prevê ações em alimentação, transporte e moradia. Os benefícios serão estendidos à Escola

de Educação Infantil e ao Colégio de Aplicação. Os editais com valores das bolsas devem ser publicados em março. O apoio da base estudantil é um dos principais trunfos da gestão de Roberto Leher. Perguntado se a política de assistência tinha relação com a sucessão, Cavalcanti afirmou que é papel da instituição garantir a permanência dos estudantes. “Esta reitoria foi eleita com esta plataforma. A aprovação agora acontece apenas porque foi preciso muito tempo para construir com os estudantes uma política que, de fato, refletisse as principais preocupações e demandas desse segmento”, argumentou.



PREVIDÊNCIA

REFORMA CONFISCA SALÁRIO DE SERVIDOR

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufrrj.org.br

Um ataque ao servidor público, com quebras contratuais e confisco de salário. Perversa com os mais pobres e benevolente com o sistema financeiro. Foi assim que duas professoras da UFRJ, pesquisadoras especializadas em regimes previdenciários, resumiram a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro, apresentada na última quarta-feira (20) ao Congresso Nacional.

Estudiosa da Previdência desde os anos 80, a presidente da Adufrj, professora Maria Lúcia Werneck Vianna, mostra que as duas grandes vítimas do atual projeto são o servidor público e os 4,6 milhões de brasileiros miseráveis que ganham o chamado BPC. O Benefício de Prestação Continuada passará de R\$ 998 para R\$ 400, segundo a reforma. “Isso é para matar os mais fracos”, resume a professora.

Sobre o serviço público, Maria Lúcia destaca que os mais atingidos serão os servidores que não integram a elite salarial do funcionalismo. Caso típico dos professores universitários. “Essa

reforma atinge não só as aposentadorias e pensões, como também os salários da ativa. A reforma propõe um confisco dos salários mediante o aumento da alíquota, que passa de 11% e pode chegar até 22%. Ela faz uma quebra contratual porque não era esse o previsto no momento da contratação”.

Maria Lúcia diz que o modelo apresentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é benevolente com o sistema financeiro porque empurra a classe média para a previdência privada. “E isso não resolve a déficit fiscal. Só resolve a vida dos bancos”.

Preocupada com o destino dos docentes, Maria Lúcia cita o exemplo do que pode ocorrer com os professores, tanto os da ativa quanto os aposentados, caso o Congresso aprove o projeto de Bolsonaro. “Nossos salários podem ser reduzidos efetivamente com uma alíquota que pode chegar a 22%, quando hoje é 11%. Pela lei, o governo não pode reduzir salário, mas com a reforma ele encontrou uma forma de reduzir. Ele não concede o aumento e ainda reduz. Não podemos cair na armadilha de discutir a idade mínima. Ela é irrelevante. O fundamental é o aumento da alíquota de contribuição”.

A mesma preocupação mobiliza a professora Denise Gentil, do Instituto de Economia. “Estou atônita. A proposta impõe confisco salarial e quebra de contrato. Eles atingiram o coração do serviço público, que são os servidores que entraram depois de 2003 e antes de 2013”, explica Gentil, autora de diversos artigos e estudos sobre a temática previdenciária.

De acordo com o modelo vigente, os servidores que entraram entre 2003 e 2013 se aposentariam com quase a integralidade do salário. “Com a reforma de Bolsonaro, eles vão se aposentar com o teto do INSS e se quiserem entram no Funpresp, como os concursados a partir de 2013”, explica. “Há um caráter confiscatório. O governo está economizando na boca do caixa”.

Denise destaca também outra preocupação: a possibilidade de o Funpresp, hoje administrado pelo governo, ser repassado integralmente para o sistema privado de capitalização. “Isso sem falar das alíquotas. Hoje elas são 11% e, com a reforma, podem chegar a 22%, além de alíquotas extras. Precisamos muito nos mobilizar. Do contrário, seremos muito prejudicados”.

NOTAS

ADUFRJ ORIENTA TITULARES SOBRE CORTE EM APOSENTADORIAS

■ Professores Titulares aposentados da UFRJ receberam um e-mail da PR-4 alertando sobre corte em suas aposentadorias. A mensagem usa como justificativa relatório de 2010 do Ministério do Planejamento que aponta o pagamento de “vantagens indevidas”. O setor jurídico da Adufrj já foi acionado. Segundo a advogada Ana Luísa Palmisciano, assessora da Adufrj, o questionamento tem relação com o artigo 192 da Lei 8.112/90. Ele determinava que os professores, ao se aposentarem como

Titulares, recebessem salário integral, mais a diferença entre o último nível do cargo de Adjunto e a carreira de Titular. O artigo foi revogado em 1996, mas quem recebia a vantagem ou podia requerer o benefício foi preservado. “São 20 anos de direito adquirido”, observa a advogada. O Jurídico da Adufrj estuda estratégias contra os cortes. Docentes nessa situação devem agendar atendimento na Adufrj levando a cópia do processo e o último contracheque. Quem não tiver o processo deve pedir na PR-4.

INSALUBRIDADE

■ Professores e técnicos voltaram a receber adicionais ocupacionais (insalubridade, periculosidade e radiação). Os valores já constam no contracheque de março, referente a fevereiro. O percentual de janeiro não foi pago. A pró-reitoria de Pessoal informou que o governo não aceitou a saída adotada pela UFRJ de fazer o pagamento por meio de movimentação financeira e que os valores serão lançados no salário de março, pago em abril. Dúvidas serão tratadas pelo e-mail: adicionais2019@pr4.ufrj.br.